



## **INSTRUÇÃO NORMATIVA INIS N. 120**

### **DISPOSIÇÃO FINAL DE REJEITOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, EM ATERROS; UNIDADE DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL; UNIDADE DE TRIAGEM DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E VOLUMOSOS, COM ÁREA DE RESERVAÇÃO.**

#### **1 Objetivo**

Definir a documentação necessária ao licenciamento ambiental e estabelecer critérios para apresentação dos planos, programas, projetos e estudos ambientais para as atividades de **Disposição Final de Rejeitos da Construção Civil em Aterros – Aterros da Construção Civil Classe A e Inertes; Unidade de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil; e Unidade de Triagem de Resíduos da Construção Civil e Volumosos, com área de reservação.**

#### **2 Licenciamento Ambiental**

Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. (Resolução CONAMA n. 237/97).

##### **2.1 Empreendimentos Passíveis de Licenciamento Ambiental**

Pessoas físicas ou jurídicas e as entidades das administrações públicas federal, estaduais e municipais, cujas atividades utilizem recursos primários ou secundários e possam ser causadoras efetivas ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental, e constante da Listagem de Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental.

##### **2.2 Instrumento Legal do Processo de Controle Ambiental para Disposição Final de Resíduos da Construção Civil em Aterros**

a) Licença Ambiental Prévia (LAP): Com prazo de validade de no mínimo o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos. É concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação (Lei Federal nº. 12651/12, Lei Estadual nº. 14675/09 combinadas com a Resolução CONAMA nº. 237/97, art. 8º, inciso I).

b) Licença Ambiental de Instalação (LAI): Com prazo de validade de no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos, autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental, e demais condicionantes, da qual



constituem motivo determinante (Lei Federal nº. 12651/12, Lei Estadual nº. 14675/09 combinadas com a Resolução CONAMA nº. 237/97, art. 8º, inciso I).

c) Licença Ambiental de Operação (LAO): Com prazo de validade de no máximo, 10 (dez) anos, autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação (Lei Federal nº. 12651/12, Lei Estadual nº. 14675/09 combinadas com a Resolução CONAMA nº. 237/97, art. 8º, inciso I).

### **2.3 Etapas do Processo do Licenciamento Ambiental**

O procedimento de licenciamento, conforme o disposto na Resolução CONAMA nº. 237/97, art. 10, obedece às seguintes etapas:

- a) Cadastramento do empreendedor e do empreendimento junto ao SINFAT Municípios INIS.
- b) Requerimento da licença pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade.
- c) Análise pelo INIS dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas.
- d) Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo INIS, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios.
- e) Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo INIS, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios.
- f) Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico.
- g) Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade quando do seu deferimento.

## **3 Instrumentos Técnicos Utilizados no Licenciamento Ambiental da Atividade**

### **3.1 Estudo Ambiental Simplificado e Prévio (EAS e RAP)**

De acordo com o disposto na Resolução CONSEMA 99/17, Capítulo III, as atividades de disposição de rejeitos da construção civil em aterros, unidade de reciclagem de resíduos da construção civil, e unidade de triagem de resíduos da construção civil e volumosos, com área de reservação necessitam de elaboração de Estudo Ambiental Simplificado ou Relatório Ambiental Prévio conforme a quantidade de resíduos depositado por dia (tonelada/dia), como especificado:

#### **71.60.05 – Disposição de rejeitos da construção civil, em aterros.**

Porte:  $QT \leq 50$ : pequeno (RAP)

$50 < QT < 100$ : médio (EAS)



---

QT>=100: grande (EAS)

**71.60.08 – Unidade de reciclagem de resíduos da construção civil.**

Porte: QT<= 50: pequeno (RAP)

50<QT<=100: médio (EAS)

QT>100: grande (EAS)

**71.60.12 – Unidade de triagem de resíduos da construção civil e volumosos, com área de reservação.**

Porte: QT<= 50: pequeno (RAP)

50<QT<=100: médio (RAP)

**3.2 Estudo de Conformidade Ambiental (ECA)**

De acordo com o disposto na Resolução CONSEMA 01/2006, o licenciamento ambiental de regularização necessita da elaboração do Estudo de Conformidade Ambiental, a ser apresentado por ocasião da solicitação da licença ambiental. O nível de abrangência dos estudos constituintes do Estudo de Conformidade Ambiental deve guardar relação de proporcionalidade com os estudos técnicos utilizados no licenciamento da atividade (EAS ou RAP, no presente caso).

O Estudo de Conformidade Ambiental deve conter no mínimo (a) diagnóstico atualizado do ambiente; (b) avaliação dos impactos gerados pela implantação e operação do empreendimento, incluindo riscos; e (c) medidas de controle, mitigação, compensação e de readequação, se couber.

**4 Instruções Gerais**

- 4.1 Toda atividade prevista na Listagem das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, aprovada por Resolução CONSEMA e/ou COMDEMA vigentes, é passível de controle ambiental pelo INIS. A depender da atividade a listagem aponta o competente estudo ambiental para fins de emissão de Licença Ambiental Prévia.
- 4.2 Quando houver necessidade de supressão de vegetação, o empreendedor deve requerer a Autorização de Corte de Vegetação na fase de Licença Ambiental Prévia, apresentando o inventário florestal, o levantamento fitossociológico e ainda o inventário faunístico, se couber, os quais serão avaliados pelo INIS juntamente com os demais estudos necessários para fins de obtenção da Licença Ambiental Prévia. A Autorização de Corte de Vegetação somente será expedida conjuntamente com a Licença Ambiental de Instalação nos termos da Resolução CONSEMA nº. 98/2017. Ver Instrução Normativa nº. 23, que trata da supressão da vegetação em área rural, ou Instrução Normativa nº. 24, que trata da supressão de vegetação em área urbana.
- 4.3 O licenciamento ambiental ou autorização no meio rural será emitido após a devida averbação da reserva legal, de no mínimo 20% da área total da propriedade rural (Ver Instrução Normativa nº. 15) ou o comprovante/registro da inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural - CAR.



- 
- 4.4 Na existência de unidades de conservação que possam ser afetadas no seu interior ou zona de amortecimento, o INIS formalizará requerimento ao responsável pela Unidade de Conservação, nos termos da Resolução CONSEMA n. 98/2017, art. 24 e respectivos parágrafos.
- 4.5 Nos casos de empreendimentos ou atividades sujeitas a EIA/RIMA, que prevejam intervenção ou impacto direto em bem natural acautelado, o órgão ambiental licenciador exigirá a apresentação pelo empreendedor do protocolo no IPHAN de formulário de caracterização de sua atividade, para que o órgão interessado possa se manifestar a respeito dos temas de sua competência (Resolução CONSEMA n. 98/2017, art. 26, parágrafo 1º).
- 4.6 Conforme as especificidades e a localização do empreendimento, o INIS pode solicitar a inclusão de cinturão verde no entorno do empreendimento, projetos de recomposição paisagística, projetos de recuperação de áreas degradadas e outros procedimentos que julgar necessários, nos termos da legislação pertinente.
- 4.7 A implantação de empreendimentos ao longo de rodovias deve respeitar os recuos previstos em legislação.
- 4.8 Nas faixas marginais dos recursos hídricos existentes na área mapeada para implantação do empreendimento, deve ser respeitado o afastamento mínimo previsto na legislação vigente.
- 4.9 É exigida a outorga preventiva e a outorga de direito de uso expedida pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), para o uso de recursos hídricos, conforme Decreto Estadual n. 4.778/2006.
- 4.10 Os usuários de recursos hídricos, para fins de lançamento de efluentes tratados, devem monitorar periodicamente, de forma concomitante, o efluente e o corpo receptor a montante e a jusante do ponto de lançamento (Lei n. 14.675/09, art. 197).
- 4.11 Atividades/empreendimentos usuários de recursos hídricos devem prever sistemas para coleta de água de chuva para usos diversos (Lei n. 14.675/09, art. 218).
- 4.12 Os responsáveis pela geração de resíduos sólidos ficam obrigados a elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, de acordo com o estabelecido na Lei Estadual nº 14.675/2009, art. 265 e Resolução CONSEMA n. 114/2017.
- 4.13 As coletas de amostras para análises devem ser realizadas por profissionais habilitados.
- 4.14 As análises devem ser realizadas por laboratórios reconhecidos pelo IMA, conforme Decreto Estadual n. 3.754/2010. Não serão aceitos, para qualquer fim, documentos, laudos, certificados de análises, pareceres ou relatórios provenientes de laboratórios não reconhecidos.
- 4.15 Para as atividades em operação, sem o competente licenciamento ambiental, é exigida, no que couber, a documentação referente à instrução processual para obtenção da Licença Ambiental Prévia, Licença Ambiental de Instalação e Licença Ambiental de Operação, sendo obrigatória a apresentação do Estudo de Conformidade Ambiental. (Resolução CONSEMA n. 98/2017). Nestes casos o Habite-se e o Alvará de Funcionamento e Localização, substituem a certidão de uso e ocupação do solo.



- 
- 4.16** Para as atividades em operação, outrora detentoras de Licença Ambiental de Operação, em que o empreendedor deixou vencer a licença sem que tenha solicitado sua renovação no prazo legal, é exigido que solicite nova Licença Ambiental de Operação, sujeitando-se, por óbvio, às mudanças de legislação porventura existentes e às fiscalizações, sem que se alegue estar com “processo de licenciamento” em curso. Nestes casos, deverá ser apresentado o relatório de atendimento às condicionantes da LAO anterior, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável pelo relatório e Certificado de Regularidade no Cadastro Ambiental Legal (antigo Cadastro Técnico Federal).
- 4.17** A ampliação do empreendimento ou atividade licenciada que implique em alteração de suas atividades necessita do competente licenciamento ambiental (Resolução CONSEMA n. 98/2017, art. 11, parágrafos 1º ao 4º).
- 4.18** Qualquer alteração nas instalações e equipamentos das atividades licenciadas, que não impliquem a alteração dos critérios estabelecidos no licenciamento ambiental, deve ser informada ao órgão ambiental licenciador para conhecimento e inserção no processo de licenciamento ambiental original, sem a necessidade de licenciamento ambiental para ampliação (Resolução CONSEMA n. 98/2017, art. 11, parágrafo 5º).
- 4.19** Na existência de planos de expansão (empreendimento em fases), o EAS e o RAP devem contemplar o diagnóstico e a identificação de impactos e medidas de controle do empreendimento na sua totalidade. Caso contrário, a expansão do empreendimento dependerá da elaboração de novo EAS ou RAP, contemplando todo o empreendimento.
- 4.20** Empreendimentos com implantação em fases, uma vez detentores da primeira LAI, deverão ter sua continuidade de instalação autorizada por meio de requerimento de ampliação de LAI. Para isto, deverá manter a LAI válida ao longo de todo o processo, até a conclusão das obras, ainda que a LAP originária esteja expirada.
- 4.21** A implantação de atividades secundárias ou de apoio concomitantes à implantação do empreendimento devem ser avaliadas pelo IMA juntamente com os estudos necessários para fins de obtenção da Licença Ambiental Prévia do empreendimento, sendo que a documentação exigida na presente Instrução Normativa deverá ser acrescida da documentação listada nas instruções normativas pertinentes às atividades secundárias ou de apoio. Nos casos em que a atividade principal já estiver licenciada, a implantação da atividade secundária ou de apoio deverá ser precedida de apresentação de estudo ambiental específico.
- 4.22** Quando o potencial poluidor degradador da atividade secundária for superior ao da atividade principal, o estudo ambiental a ser apresentado para fins de análise do procedimento de licenciamento ambiental prévio deverá ser o estudo exigido para a atividade de maior potencial poluidor degradador definido em Resolução do CONSEMA.
- 4.23** O empreendedor, durante a implantação e operação do empreendimento, deve comunicar ao órgão ambiental competente a identificação de impactos ambientais não descritos nos estudos ambientais constantes no procedimento de licenciamento para as providências que se fizerem necessárias.
- 4.24** Nos casos de encerramento das atividades, os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental deverão comunicar ao órgão ambiental licenciador, com



antecedência de 90 (noventa) dias (Resolução CONSEMA n. 98/2017, art. 35), apresentando Plano de Encerramento.

- 4.25 Os pedidos de licenciamento de novos empreendimentos somente são protocolados com a entrega dos arquivos digitais da documentação completa listada na presente Instrução Normativa, ressalvados os documentos que não se aplicam ao caso.
- 4.26 A alteração na titularidade do empreendimento deve ser comunicada ao INIS, com vistas à atualização dessa informação no processo administrativo e na licença ambiental concedida.
- 4.27 Deve ser avaliada a possibilidade de intervenções no processo, visando à minimização da geração de efluentes líquidos, de resíduos sólidos e ruídos. Simultaneamente a esta providência, o empreendedor deve promover a conscientização, o comprometimento e o treinamento do pessoal da área operacional, relativamente às questões ambientais, visando atingir os melhores resultados possíveis com a implementação dos Projetos de Controle Ambiental.
- 4.28 Os estudos e projetos necessários ao processo de licenciamento devem ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor. O empreendedor e os profissionais que subscreverem os estudos e projetos são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais (Resolução CONAMA n. 237/97, art. 11). O EAS deve ser assinado por todos os profissionais da equipe de elaboração, com a apresentação das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART). Este estudo deve ser elaborado por pelo menos um profissional da área ambiental.
- 4.29 O projeto, depois de aprovado, não pode ser alterado sem que as modificações propostas sejam apresentadas e devidamente aprovadas pelo INIS.
- 4.30 A documentação deve ser apresentada na sequência das listagens e termos de referência da presente Instrução Normativa. O nome dos arquivos digitais deve conter a descrição sucinta e identificação do empreendedor.
- 4.31 Os arquivos de texto e estudos ambientais devem ser redigidos em português, e entregues em formato .pdf texto.
- 4.32 O INIS poderá solicitar, a qualquer momento, os arquivos vetoriais georreferenciados que representem as áreas do imóvel e de corte de vegetação, inclusive as de compensação e manutenção, quando couberem.
- 4.33 Os projetos, plantas e mapas devem ser realizados tomando por base as instruções constantes nas normas técnicas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com unidades do Sistema Internacional de Unidades e devem ser entregues no formato .pdf. e “shapefile”, em escala nominal de pelo menos 1:5.000, contendo os metadados de acordo com o perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil (Perfil MGB). Os arquivos contendo imagens devem ser entregues em formato jpg ou png.
- 4.34 A poligonal da área objeto, em todos os arquivos vetoriais e matriciais (raster) deverão atender às seguintes especificações técnicas: a) sistema de projeção UTM Zona 22s; b) DATUM SIRGAS 2000; c) o shapefile deve ser em 2D, contendo apenas coordenadas X e Y. Somente os arquivos principais que compõem o shapefile (extensões: .dbf .prj .shp .shx) referente apenas à área do imóvel devem ser





selecionados para a criação do arquivo compactado no formato ZIP (outros formatos não são suportados). Obs.: não deve ser compactada a pasta/diretório que contém os arquivos.

- 4.35 Imagens disponibilizadas gratuitamente pelo Google Earth podem ser apresentadas apenas para fins ilustrativos e não substituem os mapas e plantas elaborados por profissionais habilitados ou produzidos por órgãos oficiais.
- 4.36 Os arquivos matriciais (raster) devem ser fornecidos no formato “geotiff” e corresponder às imagens de satélite multiespectrais ortorretificadas e/ou ortofotos coloridas, com resolução nominal de pelo menos 5 (cinco) metros, com área de abrangência correspondente a um “buffer” de acordo com restrições impostas pela Lei Federal n. 12.651/2012.
- 4.37 Documentos que não tenham sido gerados eletronicamente devem ser apresentados ao protocolo para conferência e digitalização. Documentos gerados e assinados eletronicamente são aceitos como originais.
- 4.38 Toda a documentação do processo de licenciamento ambiental, com exceção das plantas e mapas, deve ser apresentada em folha de formato A4 (210 mm x 297 mm), redigida em português. Os desenhos devem seguir as Normas Brasileiras (ABNT). As unidades adotadas devem ser as do Sistema Internacional de Unidades.
- 4.39 Todos os itens devem ser fornecidos na seqüência apresentada nos Termos de Referência.
- 4.40 O INIS não assumirá qualquer responsabilidade pelo não cumprimento de contratos assinados entre o empreendedor e o projetista, nem aceitará como justificativa qualquer problema decorrente desse inter-relacionamento.
- 4.41 O INIS coloca-se ao dispor dos interessados para dirimir possíveis dúvidas decorrentes desta instrução normativa.

## **5 Instruções Específicas**

- 5.1 Nos casos de empreendimentos passíveis de licenciamento sujeito à apresentação de EAS, o INIS pode determinar, a expensas do empreendedor, a realização de reuniões técnicas informativas.
- 5.2 Nas glebas com a cobertura florestal em estágio médio e/ou avançado de regeneração aplica-se a Lei n. 11.428/06, arts 30 e 31. A compensação se dá na forma da Lei n. 11.428/06, art 17.
- 5.3 Os estudos e projetos deverão atender às normas técnicas ABNT NBR 15112/04, ABNT NBR 15113/04, ABNT NBR 15114/04, conforme atividade requerida.
- 5.4 A atividade de disposição final de rejeitos da construção civil em aterros deverá obrigatoriamente contemplar a atividade de unidade de triagem e transbordo de resíduos da construção civil. Deverão ser demonstrados métodos e equipamentos eficientes para a segregação integral dos resíduos recebidos, sendo que somente poderão ser dispostos na área do aterro os resíduos classificados como Classe A pela Resolução CONAMA 307/02.



- 5.5 Caso o empreendimento não atenda à NBR 10151/2000 ou legislação municipal, deverá ser apresentado projeto de tratamento acústico para as instalações e/ou equipamentos utilizados.
- 5.6 A implantação de poços de monitoramento deve atender as NBR's 15495-1/2007 e 15495-2/2008 – Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulares – partes 1 (Projeto e construção) e 2 (desenvolvimento), ou suas alterações.
- 5.7 A qualidade das águas subterrâneas deverá ser monitorada por meio de apresentação de Relatório Técnico e Laudo de Monitoramento anual, ou sempre que for solicitado pelo órgão ambiental mediante justificativa técnica, ou expresso na Licença Ambiental. Parâmetros a serem monitorados anualmente:

|                                   |             |          |        |
|-----------------------------------|-------------|----------|--------|
| pH (*)                            | N-Nitrato   | Cádmio   | Níquel |
| Condutividade elétrica (*)        | N-Amoniacal | Chumbo   | Zinco  |
| Temperatura (*)                   | Cloreto     | Cobre    | VOCs   |
| Oxigênio Dissolvido (*)           | Sulfato     | Cromo    | TPH    |
| Eh                                | Alumínio    | Ferro    | PAH's  |
| COD - Carbono Orgânico Dissolvido | Arsênio     | Manganês |        |
| COT - Carbono Orgânico Total      | Bário       | Mercúrio |        |

- 5.8 As coletas e amostras devem ser realizadas por profissionais habilitados, e as análises devem ser realizadas por laboratórios acreditados pelo INMETRO ou em laboratórios reconhecidos pelo IMA.
- 5.9 Os resultados das análises devem ser reportados em laudos analíticos, originais ou cópia autenticada, contendo, no mínimo: (a) Identificação do laboratório, do cliente e da amostra; (b) Identificação do local da amostragem, data e horário de coleta e entrada da amostra no laboratório, anexando a cadeia de custódia; (c) Método de análise utilizado para cada parâmetro analisado; (d) Limite de quantificação para cada parâmetro analisado; (e) Incertezas de medição de cada parâmetro; (f) Resultados dos brancos do método e rastreadores ("surrogates"); (g) Ensaio de adição e recuperação dos analíticos na matriz ("spike"); (h) Legislação aplicável e limite permitido; (i) Assinatura e número de registro do CRQ do responsável técnico.
- 5.10 Os resultados das análises devem vir acompanhados de parecer conclusivo e dados dos monitoramentos já realizados para fins de comparação, em forma de gráficos ou tabelas, e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) do profissional responsável pela elaboração do parecer conclusivo.
- 5.11 Caso seja detectada contaminação do solo e/ou do aquífero freático, independente de manifestação do INIS, deverá ser seguido o procedimento de Gestão de Áreas Contaminadas, contemplando as etapas de investigação ambiental previstas na NBR 15515 – Avaliação de passivo ambiental em solo e água subterrânea – Parte 1: Avaliação preliminar, Parte 2: Investigação confirmatória e Parte 3: Investigação detalhada, bem como na NBR 16209 - Avaliação de risco a saúde humana para fins de





gerenciamento de áreas contaminadas e ações de remediação da área, quando necessárias.

- 5.12 No caso de regularização topográfica (aterro) com utilização de resíduos da construção civil, em conformidade com o Decreto Municipal nº 9869/2012, artigo 12º, inciso III e parágrafo único, somente poderão ser utilizados resíduos da construção civil Classe A (RES. CONAMA 307/02) na forma de agregados reciclados ou na condição de solos não contaminados.

## **6 Documentação Necessária para Autorização Ambiental da Atividade**

### **6.1 Licença Ambiental Prévia**

- a) Requerimento da Licença Ambiental Prévia e confirmação de localização do empreendimento segundo suas coordenadas geográficas ou planas (UTM). Ver modelo Anexo 1.
- b) Procuração, para representação do interessado, com firma reconhecida, quando couber. Ver modelo Anexo 2.
- c) Cópia do comprovante de quitação do Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, expedido pelo INIS.
- d) Cópia da Ata da eleição de última diretoria quando se tratar de Sociedade ou do Contrato Social registrado quando se tratar de Sociedade de Quotas de responsabilidade Limitada.
- e) Cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- f) Cópia da consulta de viabilidade expedida pelo município. Consultas de viabilidade sem prazo de validade são consideradas válidas até 90 dias após a data da emissão.
- g) Cópia da Transcrição ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis atualizada (no máximo 90 dias).
- h) Cópia da Certidão de Aforamento ou Cessão de Uso expedida Gerência Regional do Patrimônio da União, quando couber.
- i) Análise Prévia da Coordenadoria de Defesa Civil, considerando os projetos a serem executados.
- j) Certidão emitida pela prestadora de serviço público de esgotamento sanitário referente à viabilidade de lançamento de esgoto na rede pública coletora.
- k) Certidão emitida pela prestadora de serviço público de abastecimento de água referente à viabilidade de abastecimento de água.
- l) Certidão emitida pela prestadora de serviço público de energia referente à viabilidade de fornecimento de energia.
- m) Certidão emitida pela prestadora de serviço público de coleta de resíduos referente a viabilidade de coleta de resíduos.
- n) Anuência do(s) proprietário(s) do imóvel com firma reconhecida, declarando expressamente a inexistência de óbices quanto à realização de estudos ambientais que visem à implantação do empreendimento na área (casos em que o empreendedor não é o proprietário da área).
- o) Estudo Ambiental Simplificado (EAS) ou Relatório Ambiental Prévio (RAP), dependendo do porte do empreendimento, em uma via impressa e uma via digital. Os estudos devem ser subscritos por todos os profissionais da equipe técnica de elaboração.



- p) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do Estudo Ambiental Simplificado ou do Relatório Ambiental Prévio.
- q) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do estudo fitossociológico, quando couber.
- r) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do estudo faunístico, quando couber.
- s) Levantamento topográfico em escala adequada, com cotas equidistantes em 1m (um metro), da área original incluindo as áreas de preservação permanente - APP existentes.
- t) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do Levantamento Topográfico.

## **6.2 Licença Ambiental de Instalação**

- a) Requerimento da Licença Ambiental de Instalação. Ver modelo Anexo 1.
- b) Procuração, para representação do interessado, com firma reconhecida, quando couber. Ver modelo Anexo 2.
- c) Cópia do comprovante de quitação de boleto, expedido pelo INIS.
- d) Projeto executivo da atividade de acordo com Norma Técnica ABNT NBR 15112, 15113 ou 15114, dependendo da atividade requerida.
- e) Projeto básico aprovado, com memorial descritivo, das unidades que compõem o empreendimento (Projeto Arquitetônico).
- f) Projeto executivo de terraplanagem conforme IN nº 100 INIS, quando couber.
- g) Projeto executivo do sistema de drenagem pluvial.
- h) Projeto de Reaproveitamento de Água Pluvial, conforme Lei Estadual nº 14675/2009, art. 218 e Lei Municipal nº 4799, de 18 de maio de 2007.
- i) Projeto executivo dos poços de monitoramento, quando couber.
- j) Projeto executivo do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário das instalações provisórias, com memorial descritivo e de cálculo, plantas e cortes (Ver IN nº 103 INIS).
- k) Laudo do teste de infiltração e de determinação do lençol freático, no caso de tratamento individual de esgoto (se for adotado o sistema de infiltração).
- l) Estudo de capacidade de diluição do corpo de água receptor, em caso de lançamento de efluente tratado em curso d'água.
- m) Cadastro de Usuário de Água junto a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, em caso de captação de água em poços ou cursos d'água e em caso de lançamento de efluente em corpos hídricos.
- n) Detalhamento dos Programas Ambientais apresentados no Estudo Ambiental Simplificado (EAS).
- o) Cronograma físico de execução da obra.
- p) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do projeto básico do empreendimento.
- q) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do projeto básico de terraplanagem, quando couber.
- r) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do Projeto de Aterro da Construção Civil Classe A e Inertes, quando couber.
- s) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do Projeto Executivo da atividade requerida.



- t) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do projeto executivo do sistema de drenagem.
- u) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do projeto executivo dos poços de monitoramento.
- v) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do projeto executivo do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário das instalações provisórias.
- w) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do teste de percolação, quando couber.
- x) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do estudo de capacidade de diluição do corpo de água receptor, quando couber.

### **6.3 Licença Ambiental de Operação**

- a) Requerimento da Licença Ambiental de Operação. Ver modelo Anexo 1.
- b) Procuração, para representação do interessado, com firma reconhecida, quando couber. Ver modelo Anexo 2.
- c) Cópia do comprovante de quitação do Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, expedido pelo INIS.
- d) Programa de Monitoramento das Águas Superficiais e Subterrâneas.
- e) Plano de Encerramento da Atividade e Uso Futuro da Área, em conformidade com a ABNT NBR 15113, quando couber.
- f) Relatório técnico comprovando efetivo cumprimento das exigências e condicionantes estabelecidos na Licença Ambiental de Instalação, acompanhados de relatório fotográfico.
- g) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) atualizada do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do relatório técnico.
- h) Estudo de Conformidade Ambiental em, no mínimo (ECA) que deve ser subscrito por todos os profissionais da equipe de elaboração (Empreendimentos em Regularização) para a LAO Corretiva. Apresentar uma cópia impressa e uma em formato digital.
- i) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) atualizada do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do Estudo de Conformidade Ambiental.
- j) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) atualizada do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do Plano de Encerramento da Atividade e Uso Futuro da Área.
- k) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do Programa de Monitoramento das Águas Superficiais e Subterrâneas.
- l) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) atualizada do(s) profissional(ais) habilitado(s) responsável(is) pelo monitoramento dos controles ambientais durante as atividades do empreendimento.

### **6.4 Renovação da Licença Ambiental de Operação**

- a) Requerimento da solicitação de renovação da Licença Ambiental de Operação. Ver modelo Anexo 1.
- b) Procuração, para representação do interessado, com firma reconhecida, quando couber. Ver modelo Anexo 2.
- c) Cópia do comprovante de quitação boleto bancário, expedida pelo INIS.



- 
- d) Relatório do programa de monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas.
  - e) Relatório técnico comprovando efetivo cumprimento das exigências e condicionantes estabelecidos na Licença Ambiental de Operação, acompanhado de relatório fotográfico e declaração de que não houve ampliação ou modificação do empreendimento.
  - f) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do relatório técnico.
  - g) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) atualizada do(s) profissional(ais) habilitado(s) responsável(is) pelo monitoramento dos controles ambientais durante as atividades do empreendimento.

**VILSON SANDRINI FILHO**  
Diretor-Presidente Interino  
Portaria n. 024/2021



## ANEXO 1

### Modelo de Requerimento

Ao  
Instituto Itajaí Sustentável - INIS

O (A) requerente abaixo identificado (a) solicita ao Instituto Itajaí Sustentável - INIS, análise dos documentos, projetos e estudos ambientais, anexos, com vistas a ( ) **obtenção**, ( ) **renovação** da **Licença Ambiental** ( ) **Prévia**, ( ) **Instalação**, ( ) **Operação** para o empreendimento/atividade abaixo qualificado:

#### Dados Pessoais do (a) Requerente

RAZÃO SOCIAL/NOME: \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_

#### Endereço do (a) Requerente

CEP: \_\_\_\_\_ LOGRADOURO: \_\_\_\_\_

COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ DDD \_\_\_\_\_ TELEFONE: \_\_\_\_\_

#### Dados do Empreendimento

RAZÃO SOCIAL/NOME: \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_

#### Endereço do Empreendimento

CEP: \_\_\_\_\_ LOGRADOURO: \_\_\_\_\_

COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: SC TELEFONE \_\_\_\_\_

**Dados de confirmação das coordenadas geográficas ou coordenadas planas (UTM) no sistema geodésico (DATUM) SIRGAS-2000, de um ponto no local de intervenção do empreendimento.**

LOCALIZAÇÃO: Latitude (C) g: m: s: \_\_\_\_\_ Longitude(W) g: m: s: \_\_\_\_\_

COORDENADAS UTM X: \_\_\_\_\_ COORDENADAS UTM Y: \_\_\_\_\_

#### Assinatura

Nestes termos, pede deferimento.

Local e data \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

NOME/ASSINATURA DO(A)

REQUERENTE: \_\_\_\_\_



## ANEXO 2

Pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) outorgante abaixo qualificado(a), nomeia e constitui seu bastante procurador(a) o(a) outorgado(a) abaixo qualificado(a) para representá-lo(a) junto ao Instituto Itajaí Sustentável no processo de ( ) **obtenção** ( ) **renovação da Licença Ambiental** ( ) **Prévia**, ( ) **Instalação**, ( ) **Operação** do empreendimento/atividade abaixo qualificado.

### Dados do(a) Outorgante

RAZÃO SOCIAL/NOME: \_\_\_\_\_ NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_  
ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_ PROFISSÃO: \_\_\_\_\_ CARGO: \_\_\_\_\_  
EMPRESA: \_\_\_\_\_ CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_

### Endereço do(a) outorgante

CEP: \_\_\_\_\_ LOGRADOURO: \_\_\_\_\_  
COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

### Dados do(a) Outorgado(a)

RAZÃO SOCIAL/NOME: \_\_\_\_\_ NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_  
ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_ PROFISSÃO: \_\_\_\_\_ CARGO: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_

### Endereço do(a) Outorgado(a)

CEP: \_\_\_\_\_ LOGRADOURO: \_\_\_\_\_  
COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

### Dados da Área do Empreendimento/Atividade

EMPREENHIMENTO/ATIVIDADE: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ LOGRADOURO: \_\_\_\_\_  
BAIRRO: \_\_\_\_\_ MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_  
UF: SANTA CATARINA

### Assinaturas

Local e data \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

.....  
Outorgante

.....  
Outorgado(a)





## **ANEXO 3**

### **Termo de Referência para Elaboração do Estudo Ambiental Simplificado (EAS)**

O Estudo Ambiental Simplificado é um estudo técnico elaborado por equipe multidisciplinar que oferece elementos para a análise da viabilidade ambiental de empreendimentos ou atividades consideradas potencial ou efetivamente causadoras de degradação do meio ambiente. O objetivo de sua apresentação é a obtenção da Licença Ambiental Prévia.

O Estudo Ambiental Simplificado deve abordar a interação entre elementos dos meios físico, biológico e sócio-econômico, buscando a elaboração de um diagnóstico integrado da área de influência do empreendimento, possibilitando a avaliação dos impactos resultantes da implantação do empreendimento, e a definição das medidas mitigadoras, de controle ambiental, e compensatórias, quando couber.

O EAS deve conter as informações que permitam caracterizar a natureza e porte do empreendimento a ser licenciado e, como objeto principal, os resultados dos levantamentos e estudos realizados pelo empreendedor, os quais permitem identificar as não conformidades ambientais e legais. Assim, é o documento norteador das ações mitigadoras a serem propostas no Programas Ambientais, visando a solucionar os problemas detectados.

Este Termo de Referência apresenta o conteúdo mínimo a ser contemplado. De acordo com o porte do empreendimento, da área de inserção e da capacidade de suporte do meio, o INIS pode solicitar estudos complementares como o Estudo de Análise de Riscos, bem como outras informações que julgar necessárias para a análise do processo de licenciamento.

Caso o Estudo Ambiental Simplificado não for suficiente para avaliar a viabilidade ambiental do objeto do licenciamento, é exigida a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental.

#### **1 Objeto do Licenciamento**

Indicar a natureza e o porte do empreendimento, projeto ou atividade, objeto de licenciamento.

#### **2 Justificativa do Empreendimento**

Justificar a proposição do empreendimento apresentando os objetivos ambientais e sociais do projeto, bem como sua compatibilização com os demais planos, programas e projetos setoriais previstos ou em implantação na região.

#### **3 Caracterização do Empreendimento**

Descrever o empreendimento contemplando os itens abaixo:

3.1 Localizar o empreendimento em coordenadas geográficas ou coordenadas planas (UTM), identificando a bacia hidrográfica, e os corpos d'água. Estas informações devem ser plotadas em carta topográfica oficial, original ou reprodução, mantendo as informações da base em escala mínima de 1:10.000.

3.2 Descrever o empreendimento indicando: população prevista, acessos, área total do terreno (m<sup>2</sup>), área total do aterro (m<sup>2</sup>) e cota final, área de triagem e a forma de armazenamento dos resíduos Classe B, C e D.



3.3 Descrever e mapear, em planta planialtimétrica, em escala adequada, acessos e condições de tráfego, as obras para implantação do empreendimento indicando necessidade de cortes, aterros e drenagem, localização da área de triagem e do armazenamento temporários dos resíduos Classe B, C e D, localização dos poços de monitoramento.

3.4 Informar a demanda a ser gerada pelo empreendimento em termos de abastecimento de água e esgoto sanitário, indicando os sistemas previstos de abastecimento de água e tratamento de esgoto sanitário das instalações provisórias.

3.5 Informar os destinos previstos para os resíduos Classe B, C e D, assim como os contratos firmados com empresas transportadoras e de disposição/destinação final desses resíduos, assim como as respectivas licenças ambientais ou cadastro ambiental das mesmas.

3.6 Apresentar a estimativa de mão-de-obra necessária para implantação e operação do empreendimento.

3.7 Apresentar a estimativa de custo total do empreendimento.

3.8 Apresentar o cronograma de implantação.

#### **4 Diagnóstico Ambiental Preliminar da Área de Influência**

As informações a serem abordadas neste item devem propiciar o diagnóstico da área de influência direta (AID) do empreendimento, refletindo as condições atuais dos meios físico, biológico e socioeconômico. Devem ser inter-relacionadas, resultando num diagnóstico integrado que permita a avaliação dos impactos resultantes da implantação do empreendimento.

Para tanto, devem ser apresentadas as informações abaixo relacionadas, sempre que possível, em planta planialtimétrica ou por meio de fotos datadas, com legendas explicativas da área do empreendimento e do seu entorno:

4.1 Delimitar, justificar e apresentar em mapa a área de influência direta (AID) do empreendimento.

4.2 Demonstrar a compatibilidade do empreendimento com a legislação incidente: municipal, estadual e federal, em especial as áreas de interesse ambiental, mapeando as restrições à ocupação.

4.3 Caracterizar o uso do solo, contemplando áreas urbanas, industriais, rurais, de mananciais para abastecimento público, equipamentos urbanos e sociais próximos ao empreendimento, vetores de expansão urbana, outros empreendimentos similares, a existência de áreas degradadas próximas ao empreendimento (lixões, por exemplo), etc.

4.4 Caracterizar os recursos hídricos superficiais quanto aos usos principais a montante e a jusante do empreendimento.

4.5 Caracterizar a geologia, a geomorfologia, a suscetibilidade da área à ocorrência de processos erosivos e os processos de dinâmica superficial, apresentando sondagens exploratórias e ensaio geotécnicos, quando couber.

4.6 No caso da existência de área degradada e/ou contaminada, os passivos ambientais verificados na gleba e/ou seu entorno, devem ser estudados para apresentação de propostas de recuperação ambiental.

4.7 Caracterizar a cobertura vegetal na área de influência direta do empreendimento acompanhado de relatório fotográfico, devidamente datado.

4.8 Em caso de supressão de vegetação, caracterizar a cobertura vegetal da área total do empreendimento, com base no levantamento fitossociológico, contendo os seguintes parâmetros básicos:



- a. Levantamento de toda a cobertura vegetal existente na área, relacionando todas as espécies vegetais nativas e exóticas (nomes populares e científicos);
- b. Estágios sucessionais das principais formações vegetais;
- c. Densidade das espécies predominantes, por medida de área;
- d. Levantamento detalhado das espécies endêmicas, imunes ao corte e das ameaçadas de extinção, conforme Lista Oficial do IBAMA;
- e. Mapa ou croqui da área total do empreendimento indicando a localização das principais formações vegetais e a exata localização dos espécimes imunes ao corte ou ameaçados de extinção;
- f. Áreas de banhado de vegetação nativa e/ou de interesse específico para a fauna;
- g. Relatório fotográfico da área do empreendimento, contemplando a vegetação inventariada;
- h. Metodologia de análise utilizada na coleta dos dados em campo;
- i. Bibliografia consultada.

4.9 Caracterizar a fauna terrestre local e sua interação com a flora, contemplando:

- a. Relação das espécies animais (nomes populares e científicos) habitualmente encontradas na região do empreendimento;
- b. Relação das espécies as ameaçadas de extinção, conforme lista oficial do IBAMA.
- c. Bibliografia consultada.

4.10 Caracterizar, na área de influência direta do empreendimento, as condições sociais e econômicas da população, principais atividades econômicas, serviços de infra-estrutura, equipamentos urbanos, sistema viário e de transportes.

4.11 Estimar as demandas a serem gerados pelo aumento da população na infra-estrutura pública, saneamento, de educação, transportes, saúde, lazer, etc.

4.12 Caracterizar a área diretamente afetada pelo empreendimento quanto à existência de indícios de vestígios arqueológicos, históricos ou artísticos. Havendo indícios, informações ou evidências da existência de tais sítios, na protocolização do EAS deverá ser apresentado o Protocolo do IPHAN comprovando a entrega do Diagnóstico Arqueológico, conforme a Resolução SMA 34/03, Artigo 1º, § único.

4.13 Apresentar levantamento de reservas indígenas, monumentos naturais, potenciais turísticos e dos bens tombados existentes na área de influência direta do empreendimento.

## 5 Identificação dos Impactos Ambientais

Identificar os impactos que podem ocorrer em função das diversas ações previstas para a implantação e operação do empreendimento: conflitos de uso do solo e da água, intensificação de tráfego na área, valorização/desvalorização imobiliária, interferência na infra-estrutura existente de saneamento, educação, transportes, saúde, lazer, interferência na paisagem existente, interferência em áreas de preservação permanente, supressão de cobertura vegetal, erosão e assoreamento, entre outros.

Para cada impacto indicado descrever as medidas que visam minimizar ou compensar os impactos adversos, ou ainda potencializar os impactos positivos.

Na existência de unidades de conservação que possam ser afetadas no seu interior, zona de amortecimento ou áreas circundantes, apontar, especificamente, os impactos ambientais efetivos ou potenciais da atividade ou empreendimento sobre as unidades de conservação, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes.

## 6 Medidas Mitigadoras e Compensatórias



Apresentar as medidas que visam minimizar ou compensar os impactos adversos, ou ainda potencializar os impactos positivos, identificados no item anterior. Devem ser mencionados também os impactos adversos que não possam ser evitados ou mitigados. Nos casos em que a implantação da medida não couber ao empreendedor, deve ser indicada à pessoa física ou jurídica competente.

Em caso de passivos ambientais verificados, apresentar propostas de recuperação e ou mitigação.

Havendo necessidade de supressão de vegetação secundária em estágio avançado e médio de regeneração do Bioma da Mata Atlântica, a compensação ambiental, também deve incluir a destinação de área equivalente à área desmatada, situada no mesmo município ou na região metropolitana, conforme o disposto na Lei nº. 11.428/06, art.17.

## **7 Programas Ambientais**

Apresentar proposição de programas ambientais com vistas ao controle e/ou monitoramento dos potenciais impactos ambientais causados pelo empreendimento e da eficiência das medidas mitigadoras a serem aplicadas, considerando-se as fases de implantação, e operação, contendo no mínimo: (a) objetivo do programa; (b) fases em que se aplica; (c) Indicação dos parâmetros selecionados.

## **8 Equipe Técnica**

Identificar os profissionais habilitados que participaram da elaboração do Estudo Ambiental Simplificado, informando: (a) nome; (b) CPF; (c) qualificação profissional; respectivas áreas de atuação no EAS, (d) número do registro do profissional, em seus respectivos conselhos de classe e região; (f) local e data; (g) cópia da ART ou AFT, expedida.

## **9 Bibliografia**

Citar a bibliografia consultada.



## **ANEXO 4**

### **Termo de Referência para Elaboração do Relatório Ambiental Prévio (RAP)**

O Relatório Ambiental Prévio é um estudo técnico elaborado por um profissional habilitado ou mesmo equipe multidisciplinar que oferece elementos para a análise da viabilidade ambiental de empreendimentos ou atividades consideradas potencial ou efetivamente causadoras de degradação do meio ambiente. O objetivo de sua apresentação é a obtenção da Licença Ambiental Prévia.

O Relatório Ambiental Prévio deve abordar a interação entre elementos dos meios físico, biológico e sócio-econômico, buscando a elaboração de um diagnóstico simplificado da área do empreendimento e entorno, possibilitando a descrição sucinta dos impactos resultantes da implantação do empreendimento, e a definição das medidas mitigadoras, de controle ambiental, e compensatórias, quando couber.

Este Termo de Referência apresenta o conteúdo mínimo a ser contemplado. De acordo com o porte do empreendimento, da área de inserção e da capacidade de suporte do meio, o INIS poderá solicitar estudos complementares como Plano de Ação Emergencial, bem como outras informações que julgar necessárias para a análise do processo de licenciamento.

Caso o Relatório Ambiental Prévio não seja suficiente para avaliar a viabilidade ambiental do objeto do licenciamento, será exigida a apresentação do Estudo de Ambiental Simplificado.

#### **1 Caracterização do Empreendimento**

Descrever o empreendimento contemplando os itens abaixo:

1.1 Localizar o empreendimento em coordenadas geográficas ou coordenadas planas (UTM), identificando a bacia hidrográfica, os corpos d'água. Estas informações devem ser plotadas em carta topográfica oficial, original ou reprodução, mantendo as informações da base em escala mínima de 1:10.000.

1.2 Descrever o empreendimento indicando: população prevista, acessos, área total do terreno (m<sup>2</sup>), área total do aterro (m<sup>2</sup>) e cota final, a área de triagem e a forma de armazenamento dos resíduos Classe B, C e D.

1.3 Descrever e mapear, em planta planialtimétrica, em escala adequada, acessos e condições de tráfego, as obras para implantação do empreendimento indicando necessidade de cortes, aterros e drenagem, localização da área de triagem e do armazenamento temporários dos resíduos Classe B, C e D, localização dos poços de monitoramento.

1.4 Informar a demanda a ser gerada pelo empreendimento em termos de abastecimento de água e esgoto sanitário, indicando os sistemas previstos de abastecimento de água e tratamento de esgoto sanitário das instalações provisórias.

1.5 Informar os destinos previstos para os resíduos Classe B, C e D, assim como os contratos firmados com empresas transportadoras e de disposição/destinação final desses resíduos, assim como as respectivas licenças ambientais ou cadastro ambiental.

1.6 Apresentar a estimativa de mão-de-obra necessária para implantação e operação do empreendimento.

1.7 Apresentar a estimativa de custo total do empreendimento.

1.8 Apresentar o cronograma de implantação.



## **2 Caracterização da Área do Empreendimento**

As informações a serem abordadas neste item devem propiciar a caracterização da área afetada pelo empreendimento.

**2.1** Localizar o empreendimento em coordenadas geográficas ou coordenadas planas (UTM), identificando a bacia hidrográfica e os corpos d'água afetados pelo empreendimento, com respectivas classes de uso.

**2.2** Apresentar planta planimétrica, em escala adequada, de localização dos recursos hídricos naturais e artificiais, perenes ou intermitentes e demais áreas de preservação permanente.

**2.3** Caracterizar a área do empreendimento quanto a sua susceptibilidade a ocorrência de processos de dinâmica superficial, com base em dados geológicos, geotécnicos e pedológicos.

**2.4** Descrever o uso do solo no entorno do empreendimento.

**2.5** Caracterizar a cobertura vegetal da área afetada pelo empreendimento, apresentando relatório fotográfico devidamente datado.

**2.6** Em caso de supressão de vegetação, caracterizar a cobertura vegetal da área afetada pelo empreendimento, com base no levantamento fitossociológico, contendo os seguintes parâmetros básicos:

- a. Levantamento de toda a cobertura vegetal existente na área, relacionando todas as espécies vegetais nativas e exóticas (nomes populares e científicos);
- b. Estágios sucessionais das principais formações vegetais;
- c. Densidade das espécies predominantes, por medida de área;
- d. Levantamento detalhado das espécies endêmicas, imunes ao corte e das ameaçadas de extinção;
- e. Mapa da área total do empreendimento indicando a localização das principais formações vegetais e a exata localização dos espécimes endêmicas, imunes ao corte ou ameaçados de extinção;
- f. Áreas de banhado de vegetação nativa e/ou de interesse específico para a fauna;
- g. Relatório fotográfico da área do empreendimento, contemplando a vegetação inventariada;
- h. Metodologia de análise utilizada na coleta dos dados em campo;
- i. Bibliografia consultada.

**2.7** Informar existência de indícios de vestígios arqueológicos, históricos ou artísticos na área diretamente afetada pelo empreendimento. Havendo indícios, informações ou evidências da existência de tais sítios, na protocolização do RAP deverá ser apresentado o Protocolo do IPHAN comprovando a entrega do Diagnóstico Arqueológico, conforme a Resolução SMA 34/03, Artigo 1º, Parágrafo único.

## **3 Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras ou Compensatórias**

Identificar os principais impactos que podem ocorrer em função das diversas ações previstas para a implantação e operação do empreendimento: conflitos de uso do solo e da água, intensificação de tráfego na área, valorização/desvalorização imobiliária,





---

interferência na infra-estrutura existente de saneamento, educação, transportes, saúde, lazer, interferência na paisagem existente, interferência em áreas de preservação permanente, supressão de cobertura vegetal, erosão e assoreamento, entre outros.

Na existência de unidades de conservação que possam ser afetadas no seu interior, zona de amortecimento ou áreas circundantes, apontar, especificamente, os impactos ambientais efetivos ou potenciais da atividade ou empreendimento sobre as unidades de conservação, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes.

Em caso de passivos ambientais verificados, apresentar propostas de recuperação e ou mitigação.

Havendo necessidade de supressão de vegetação secundária em estágio avançado e médio de regeneração do Bioma da Mata Atlântica, a compensação ambiental, deverá incluir a destinação de área equivalente a área desmatada, conforme o disposto na Lei nº. 11.428/2006, art.17.

#### **4 Equipe Técnica**

Identificar o profissional habilitado responsável pela elaboração do Relatório Ambiental Prévio, informando: (a) nome; (b) CPF; (c) qualificação profissional; (d) número do registro do profissional, em seus respectivos conselhos de classe e região; (f) local e data; (g) cópia da ART ou AFT, expedida.



**ANEXO 5**

|  |   |
|--|---|
|  | <b>DISQUE<br/>MEIO AMBIENTE<br/>3348 8031</b> |
| <b>NOME DO EMPREENDEDOR</b>                  |   |
| <b>CNPJ/CPF:</b>                             |   |
| <b>ATIVIDADE:</b>                            |   |
| <b>TIPO DE LICENÇA (AuA/LAP/LAI/LAO/AuC)</b> | <b>Nº:        /</b>                           |
| <b>VALIDADE ATÉ</b>                          | <b>/</b>                                      |
| <b>PROCESSO INIS Nº:</b>                     |   |

Modelo de Placa para Licenciamento Ambiental – Fixação obrigatória, em tamanho adequado e em lugar de fácil visualização na fachada do empreendimento.